

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

ESTHER FERNANDES MARTINS DA SILVA

**A preservação de materiais iconográficos de Arquitetura para a realização de intervenções
em obras arquitetônicas**

SÃO PAULO
2025

ESTHER FERNANDES MARTINS DA SILVA

**A preservação de materiais iconográficos de Arquitetura para a realização de intervenções
em obras arquitetônicas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
Bacharela em Biblioteconomia pela Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo

Orientador(a): Profª. Dra. Asa Fujino

SÃO PAULO
2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Silva, Esther Fernandes Martins da
A preservação de materiais iconográficos de
Arquitetura para a realização de intervenções em obras
arquitetônicas / Esther Fernandes Martins da Silva;
orientadora, Asa Fujino. - São Paulo, 2025.
44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Patrimônio Arquitetônico. 2. Desenho Arquitetônico.
3. Preservação e Conservação de Acervos. I. Fujino, Asa.
II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Silva, Esther Fernandes Martins da

Título: A preservação de materiais iconográficos de Arquitetura para a realização de intervenções em obras arquitetônicas

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca:

Nome: Prof. Dra. Asa Fujino (orientadora)

Instituição: CBD-ECA-USP

Nome: Prof. Dra. Adaci Aparecida Oliveira Rosa da Silva (examinadora)

Instituição: CBD-ECA-USP

Nome: Prof. Dr. Marcelo dos Santos (examinador)

Instituição: CBD-ECA-USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelas oportunidades e pelo apoio incondicional.

À equipe da Seção de Materiais Iconográficos da FAUUSP, por me apresentarem com tanta paciência esse mundo dos documentos iconográficos de Arquitetura, e por me proporcionarem a primeira e melhor experiência profissional da minha vida. Em especial, expresso profundo agradecimento à Gi, Ju, Moni, Satiko, Gab e muitos outros colegas que fiz durante os quase dois melhores anos da minha vida!

E à prof. Asa Fujino! Sou muito grata pela paciência e pela ajuda nessa reta final.

Aos trancos, tudo deu certo!

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir a importância da preservação de documentos de projetos arquitetônicos e sua aplicabilidade como material de referência para intervenções em edificações que constituem patrimônio arquitetônico brasileiro. A pesquisa é de natureza exploratória-descritiva, fundamentada em um referencial teórico da Ciência da Informação, complementada com textos da área de Arquitetura e Urbanismo. O estudo analisou aspectos e desafios que envolvem o tratamento da documentação arquitetônica, fornecendo uma aproximação do tema e sugestões procedurais. Constatou-se que a documentação de projetos arquitetônicos é constituída por materiais de natureza diversa e se encontra em diferentes estados de preservação física, e que não existe atualmente um padrão ou conjunto de normas que oriente sobre o processamento a ser realizado, o que dificulta seu acesso a pesquisadores e profissionais envolvidos em projetos de intervenção em edificações arquitetônicas. O aumento contínuo nas pesquisas e iniciativas nacionais para proteção e difusão desses acervos, contudo, demonstra potencial para melhorias nos procedimentos de tratamento documental.

Palavras-chave: Patrimônio Arquitetônico; Desenho Arquitetônico; Preservação e Conservação de Acervos

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the importance of preserving architectural project documents and their applicability as reference material for interventions in buildings that constitute Brazilian architectural heritage. The research is exploratory-descriptive in nature, based on a theoretical framework of Information Science, complemented with texts from the field of Architecture and Urbanism. The study analyzed the aspects and challenges involved in dealing with architectural documentation, providing an approach to the subject and procedural suggestions. It was found that architectural project documentation is made up of materials of a diverse nature and is in different states of physical preservation, and that there is currently no standard or set of norms to guide the processing to be carried out, which makes it difficult for researchers and professionals involved in architectural building intervention projects to access it. The continuous increase in research and national initiatives to protect and disseminate these collections, however, demonstrates the potential for improvements in document processing procedures.

Keywords: Architectural Heritage; Architectural Drawing; Preservation and Conservation of Collections

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA..... | 10 |
| 1.2 OBJETIVO | 10 |
| 1.2.1 GERAL..... | 10 |
| 1.2.2 ESPECÍFICOS | 10 |
| 1.3. METODOLOGIA | 10 |
| 1.4 JUSTIFICATIVA | 12 |
| 2. HISTÓRIA DOS REGISTROS DE PLANEJAMENTO E CONCEITUAÇÃO DE CONSTRUÇÕES | 13 |
| 3. SOBRE PATRIMÔNIO E ARQUITETURA | 16 |
| 3.1. IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS E REGISTROS DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA AS EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES | 21 |
| 3.2 PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA | 26 |
| 4. PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS..... | 29 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 33 |
| 6. LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS | 38 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 39 |

1. INTRODUÇÃO

A cultura de um país é comumente entendida como o conjunto de valores, crenças, ações e expressões que constituem a identidade cultural de um grupo social e que são transmitidos e se perpetuam através da memória, que viabiliza a continuidade, a transformação e revisão das tradições, conhecimentos e experiências dos grupos sociais ao longo do tempo. A identidade cultural, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à noção de patrimônio cultural, que serve como um suporte material e simbólico para a construção e preservação da memória coletiva. É o que determina o Art.3 da Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (1998), ao reforçar que todo indivíduo ou coletividade tem direito de acessar os patrimônios culturais que constituem expressões da sua própria cultura, e da de outros grupos, através do direito à informação.

Nesse sentido, o patrimônio cultural de um país engloba todos os bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, científico, etnográfico ou social, e que são considerados importantes para a identidade e memória de um povo. Entre esses bens estão aqueles construídos, que correspondem às edificações arquitetônicas, que se constituem em patrimônio arquitetônico cultural, com valor histórico, artístico, social, técnico ou científico.

A preservação de todo patrimônio, portanto, garante à sociedade acesso à memória das comunidades e indivíduos que a constituem. Através principalmente dos patrimônios materiais, o indivíduo ou coletividade tem a possibilidade de afirmar sua identidade cultural e a de outros grupos que contribuíram para a constituição de um patrimônio cultural coletivo. (Oliveira; Loures Oliveira, 2008 *apud* Rocha, 2012).

Assim, documentos de projetos arquitetônicos se constituem como importante fonte de informação com o potencial de preservar versões de uma construção, traçando o histórico completo ou parcial de suas modificações e podem ser utilizados para execução de restauros em construções que sobreviveram ao passar do tempo, ao mesmo tempo que podem ser utilizados por pesquisadores para estudos sobre mudanças de paradigmas e estilos da arquitetura ao longo da história. Como documentos, representam registros das ideias humanas quanto à ocupação de um espaço físico, dados compilados e estruturados em cálculos e desenhos a serem consultados posteriormente para a execução das ideias registradas no suporte material ou digital.

Nesse contexto, é que entendemos ser importante discutir sobre a preservação de documentos de projetos arquitetônicos como bens culturais constitutivos do patrimônio cultural brasileiro e importante fonte de informação para estudos culturais e/ou arquitetônicos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a importância da preservação dos documentos de projetos de Arquitetura para os patrimônios arquitetônicos, e quais os desafios para a valorização e conservação destes documentos?

1.2 OBJETIVO

1.2.1 GERAL

Discutir a importância da preservação dos materiais iconográficos de arquitetura para sua posterior utilização em intervenções feitas nos patrimônios arquitetônicos brasileiros.

1.2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar métodos que possam ser utilizados para preservar o conteúdo do material iconográfico arquitetônico para além do tempo de vida útil do material do suporte;
- Apresentar alguns dos desafios que as unidades informacionais brasileiras enfrentam para processar, organizar e preservar o material iconográfico arquitetônico.

1.3. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em um estudo exploratório e descritivo fundamentado em referencial teórico das áreas da Ciência da Informação, especialmente Biblioteconomia e Arquivologia, além de textos da área de Arquitetura e Urbanismo para possibilitar melhor contextualização da discussão no âmbito do patrimônio arquitetônico.

A seleção dos textos que compuseram o referencial teórico teve início com a definição do tema e problema do trabalho. Tendo definido que este trabalho abordaria a preservação de documentos de projetos arquitetônicos no Brasil, e em específico, a importância de preservação desses documentos para execução de intervenções em edificações que constituem patrimônio arquitetônico no país, foi feita uma pesquisa inicial utilizando a palavra “preservação” combinada ao termo “plantas arquitetônicas” e “documentos arquitetônicos” (utilizando o operador booleano “AND” para conectar as palavras) em ferramentas de pesquisa gerais, como o JSTOR e o Google Acadêmico. No JSTOR, o resultado gerado através da pesquisa não foi satisfatório, e no

Acadêmico foi gerado um elevado número de referências e foram utilizados critérios de pesquisa específicos para delimitar melhor a seleção do material a ser analisado.

O primeiro critério, para facilitar o contato inicial com o tema, foi limitar a análise de textos, dissertações e artigos àqueles produzidos em língua portuguesa (PT-BR ou PT-PT) e inglês. O segundo critério foi dar preferência para a seleção de textos publicados em revistas, periódicos e anais de evento com maior pertinência nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquitetura, como artigos publicados na Revista Acervo (Revista do Arquivo Nacional), publicações da Revista Docomomo Brasil e nos anais do Encontro Nacional De Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), além de documentos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Com base em artigos relacionados à preservação de documentos de projetos arquitetônicos, foram definidas algumas perguntas que auxiliariam nas etapas seguintes da pesquisa e na estruturação dos tópicos a serem abordados nessa monografia. São elas:

- O que se entende por documentos de projetos arquitetônicos?
- Qual a importância desses documentos para a preservação, conservação e restauração do patrimônio arquitetônico?
- Existem normas, documentos ou guias que orientem sobre o tratamento mais adequado desses documentos nas unidades de informação?

Definidos os assuntos centrais que guiariam o desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma análise das referências bibliográficas dos artigos selecionados na primeira etapa da pesquisa. Os seguintes critérios foram utilizados para a seleção de textos:

- Textos cujo título possuía os termos “preservação documental” e/ou “tratamento documental”, em inglês ou português;
- Textos cujo título possuía os termos “arquivos”, “coleções”, “acervos” e “patrimônio” relacionados ao termo “Arquitetura” e derivados, em inglês ou português;
- Identificar nomes de autores e autoras referenciados em pelo menos dois textos selecionados na primeira etapa, cujos trabalhos referenciados atendessem aos dois critérios de seleção temática mencionados acima, como por exemplo os autores Marlice N. S. de Azevedo, Ramón Gutiérrez e Ana Carolina Santos Pellegrini, de modo a centralizar as buscas em obras mais pertinentes ao tema.

1.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa parte do pressuposto que a preservação da documentação arquitetônica é essencial para qualificar restauração de a patrimônio arquitetônico, garantindo melhores condições para a realização de intervenções estruturais e estéticas em edificações, preservando aspectos históricos e registro da memória desses patrimônios.

2. HISTÓRIA DOS REGISTROS DE PLANEJAMENTO E CONCEITUAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

Arquitetura, segundo a literatura é a ciência e arte que aplica às construções elementos expressivos que podem ser utilizados para transformar a percepção que seus utilizadores possuem sobre a construção, ou para transmitir a mensagem, ideias e perspectiva do arquiteto (Ballantyne, 2002). São diferentes conceitos da arquitetura que são utilizados para definir a função de um objeto ou local para os diferentes grupos de pessoas que venham a frequentá-lo e utilizá-lo. São as brincadeiras nas formas, materiais, dimensões, cores, textura, detalhes e ornamentos, composições e interações com elementos do entorno (construções e espaços vizinhos) e da natureza (luz, correntes de ar etc.) que definem o “tom” e intenção de uma construção, e sua relação com a cidade em que está localizada e com a população a qual atende (Fisher, 2016).

Como é bem descrito na Carta de Atenas, produzida em 1933 no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), e oficialmente traduzida e disponibilizada pelo IPHAN:

A arquitetura preside aos destinos da cidade. Ela ordena a estrutura da moradia, célula essencial do tecido urbano, cuja salubridade, alegria, harmonia são subordinadas às suas decisões. Ela reúne as moradias em unidades habitacionais, cujo êxito dependerá da justeza de seus cálculos. Ela reserva, de antemão, os espaços livres em meio aos quais se erguerão os volumes edificadas, em proporções harmoniosas. Ela organiza os prolongamentos da moradia, os locais de “trabalho, as áreas consagradas ao entretenimento. Ela estabelece a rede de circulação que colocará em contato as diversas zonas. A arquitetura é responsável pelo bem-estar e pela beleza da cidade. É ela que se encarrega de sua criação ou de sua melhoria, e é ela que está incumbida da escolha e da distribuição dos diferentes elementos, cuja feliz proporção constituirá uma obra harmoniosa e duradoura. (Carta de Atenas, 1933, p.34, tradução IPHAN).

Essa ciência é tão antiga quanto o instinto do ser humano de construir instalações que satisfaçam suas necessidades, básicas ou não. Construções garantem ao homem segurança e abrigo, o convívio social, espaço para armazenamento e prática de atividades de subsistência, lugar de descanso, trabalho e lazer, e é a aplicação da arquitetura que garante que a funcionalidade ande junto com a expressividade.

Até o surgimento de máquinas analógicas, e posteriormente digitais, para planejamento de obras arquitetônicas e de engenharia, o homem utilizava constantemente suportes materiais para registrar cálculos e ideais relativos ao andamento de um projeto. Registros de diferentes culturas e tempos comprovam que sempre fez parte do planejamento de uma construção ou instalação o registro de esboços e cálculos em suporte material. As “plantas” mais antigas já encontradas foram

feitas no período pré-histórico e foram projetadas com o objetivo de serem puramente funcionais. Se encontravam gravadas em grandes pedaços de pedra esculpida na Jordânia, e representavam os chamados “desert kites”, construções labirínticas com quilômetros de extensão que serviam para guiar animais selvagens até as armadilhas preparadas pelos caçadores (Crassard et. al, 2023). De 2200 A.C., a estátua de Gudea, monarca de Lagash, representa a existência da figura do profissional planejador de construções, que possui uma representação semelhante às atuais plantas baixas em uma tabuleta de argila ou madeira que repousa em seu colo (Pellegrini, 2011).

O termo “Arquiteto” vem na Antiguidade Grega como *Arkitekton*, uma pessoa em cargo de liderança (*Arkhi*) daqueles com habilidades de escultor/construtor (*Tekton*), e do termo grego que surgiram os termos em latim posteriores “*Architectura*” e “*Architectus*”. Foi perto de 100 A.C. que o engenheiro romano Vitrúvio criou uma das primeiras obras mais significativas para a área, o “livro” dividido em dez volumes “*De Architectura*” (Pellegrini, 2011). De acordo com Cunha (2013), Vitrúvio se inspirou fortemente nas escolas helenísticas de arquitetura, e nos dez volumes do livro apresentou um conteúdo com finalidade técnica, mas também informacional acessível mesmo para indivíduos que não haviam estudado diretamente os conceitos de Arquitetura ou Engenharia. O livro era um guia para os construtores, mas também para os patronos responsáveis por custear a construção de espaços agradáveis e úteis no ápice do Império Romano.

De acordo com Lathrop e Catani (1980, 2006 *apud* Carvalho, 2011), na Idade Média europeia, a documentação arquitetônica produzida era simples e voltada à execução direta dos planos representados, os suportes eram rudimentares, e não necessariamente servia de guia para todas as etapas da construção de uma edificação, pois muito do conhecimento de construção era passado diretamente na prática ou oralmente. É a partir do final do século XIV e início do século XV, com o acesso facilitado aos papéis para a invenção de novas técnicas de arte e representação da informação (como a invenção da imprensa¹) que os documentos de projetos arquitetônicos começam a se assimilar aos atuais (Carvalho, 2021). Esse tipo de documento que nasceu na Pré-História sendo elaborado em tabuletas de argila, pedra, madeira e outros materiais resistentes para a técnica do encrave dos desenhos ou semelhantes, foi com o passar do tempo sendo registrado em pedaços de pele e diferentes tipos de papéis a depender da civilização que os elaborava. Assim

¹ A invenção da imprensa de Gutenberg foi relevante principalmente para documentos exclusivamente textuais, que no contexto arquitetônico seriam documentos orçamentários, ou relativos à contratação de serviços. Para desenhos arquitetônicos, a primeira invenção revolucionária equivalente foi a técnica da xilogravura (Carpo, 2001, *apud* Pellegrini, 2011).

como os livros, contudo, sua reprodução e difusão física dependia do trabalho minucioso e demorado de eruditos e religiosos que tinham acesso aos materiais originais. É com a valorização renascentista das Ciências que, ao menos nas civilizações ocidentais, desenhos e planejamentos arquitetônicos se tornam mais complexos, com cálculos mais elaborados, e representados em suportes mais refinados².

Durante o Renascimento, entre os materiais de projeto arquitetônico, destacam-se o Tratado de Arquitetura de Serlio Sebastiano, em sete volumes (Cerri, 2011), e o Tratado de Arquitetura de Andrea Palladio (Loewen, 2010), com quatro volumes. Não existe menção ou comprovação na literatura científica que essas obras tenham sido pioneiras, mas ambas reconhecidamente continham projetos arquitetônicos organizados de maneira mais parecida com as organizações de projetos atuais do que com algumas da Antiguidade e Idade Média. Contendo esboços, plantas baixas, fachadas e cortes, os Tratados compilaram documentos de projetos junto com instruções para a realização de cálculos complexos para determinadas estruturas. A utilização da matemática não era inédita dentro de uma ciência que precisava de cálculos para colocar em prática as ideias esboçadas em suportes materiais, mas as proporções e lógicas utilizadas nas representações espelhavam o investimento acadêmico, intelectual e artístico da época, e tornava os documentos cada vez mais próximos aos documentos de projetos arquitetônicos que existem atualmente (Pellegrini, 2011). Em 1842, em especial, o matemático inglês Sir John Herschel descobriu a técnica fotomecânica de reprodução de imagens e desenhos utilizando tinta de ferro gálico e luz, chamadas posteriormente de “blueprint”, revolucionando o cenário dos documentos de projetos arquitetônicos ao permitir a reprodução precisa de desenhos originais (Fabbri, M; Fabbri, G., 2006).

Na modernidade, é possível compreender um projeto arquitetônico como a representação em um suporte material ou digital de uma ideia que solucionará algum problema do meio em que o projeto será executado. (Silva, 1991 *apud* Pellegrini, 2011).

Um projeto arquitetônico pode ser dividido em três diferentes fases que determinam o tipo de documento e grau de complexidade dos desenhos e textos produzidos para a execução de uma

² Vale a menção de dois acontecimentos notáveis para a elaboração de desenhos e estudos de planejamento arquitetônico no Período da Idade Média. O primeiro “caderno” de esboços e estudos de arquitetura, elaborado por Villard de Honnecourt, arquiteto nascido na Picardia (atual região da França), destaca-se ao apresentar conceitos complexos de geometria combinados aos desenhos de construções do autor (RAHIM & RODRIGUES, 2015); e o filósofo saxão Hugo de São Vitor, que trouxe inovações aos estudos principalmente teológicos sobre como foi construída a Arca de Noé, ao elaborar um texto com as instruções a seguir para a construção de uma arca como a arca bíblica (KINSELLA, 2013).

construção (Albernaz; Lima, 2000 *apud* Viana, 2011): o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução. A primeira fase, como afirmam Santos, Gonçalves, Bojanoski (2014, p.364):

[...] consiste em uma configuração inicial da construção proposta, contendo, em geral, desenhos de plantas de situação, plantas baixas, cortes e fachadas, acompanhados de um memorial descritivo, sendo esse um documento textual que complementa a representação gráfica do projeto arquitetônico e tem como finalidade justificar critérios adotados e elucidar aspectos estruturais, construtivos e de funcionamento da solução proposta.

Enquanto a fase do anteprojeto concretiza os planos do estudo preliminar, e assim o projeto de execução ou projeto executivo utiliza as ideias propostas e revisadas no estudo preliminar e consolidadas no anteprojeto para executar a construção da edificação. Os documentos de um projeto podem ser de natureza textual (registros escritos), de natureza iconográfica (registros desenhados, pintados, fotografados; que constituem imagens fixas³), ou podem mesclar textos com registros visuais. Esse trabalho adota o termo “material iconográfico” para referenciar a documentação de projetos arquitetônicos, considerando que a maior parte dos documentos de um projeto de arquitetura envolve a representação de imagens estáticas e elementos visuais em sua composição.

Foram nas décadas de transição entre o século XX e o XXI que estes documentos, registrados em diferentes tipos de papel (translúcido, vegetal, padrão, entre outros) passaram a ser substituídos por documentos digitais. Para os desenhos (plantas, cortes, fachadas), a substituição ocorreu principalmente para os softwares Computer-aided design, ou CAD, que significa “Desenho Assistido por Computador” refere-se aos softwares e ferramentas de computador utilizados na criação, modificação e otimização de projetos e desenhos. Mas é principalmente a partir da década de oitenta que a utilização massiva de softwares CAD começa a se consolidar, com a criação dos softwares de modelagem 3D pela AUTODESK (Amaral; Pina Filho, 2010).

3. SOBRE PATRIMÔNIO E ARQUITETURA

Para compreender o que é um Patrimônio Cultural no Brasil, vale a pena dissecar o termo e analisar o que define “Patrimônio” e qual significado de “Cultura” cabe nesse contexto.

³ Definição retirada do Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros da CONARQ, publicado em 2024.

Superficialmente, é possível entender Cultura como os conjuntos de hábitos de uma comunidade que representam aspectos de sua identidade como grupo; a cultura de um país pode dizer respeito aos hábitos culinários de sua população, à maneira como os indivíduos interagem uns com os outros e com o meio em que vivem e ao jeito que os indivíduos raciocinam e estruturam suas ideias (Duranti, 1997 *apud* Francisco; Zimbico, 2022).

Nas Ciências Sociais, duas “definições” de Cultura se contrapõem é a da Cultura atrelada à civilidade, à intelectualidade e à evolução, como ditava o conceito francês durante o período do Iluminismo, e a Cultura como atrelada às expressões não só intelectuais, mas também artísticas, espirituais e morais, conforme o conceito alemão do mesmo período. É a antropologia americana, contudo, que surge no final do século XIX e começo do XX com a ideia de Cultura como algo não necessariamente ligado ao caminho evolutivo pelo qual passa uma nação até chegar no estado de civilidade perfeito; Franz Boas que, pela primeira vez nos estudos sobre a definição de Cultura, entende que cada civilização vai apresentar elementos únicos que constituem sua identidade, e que essa identidade em si já constitui parte da cultura de uma nação, e não uma de várias etapas para que ela alcance uma Cultura universal. Para a composição do termo Patrimônio Cultural, a Cultura será lida como uma mistura dos conceitos apresentados acima, podendo ter várias faces a depender da sociedade onde se forma e dos hábitos que a constituem, mas também representando um elemento atrelado às ciências e à atividade intelectual (Cuche, 2002 *apud* Canedo, 2009).

Segundo Dantas (2015), o conceito de “Patrimônio”, por sua vez, tem seus limites mais bem delimitados. De maneira abrangente, pode-se entender o Patrimônio como os objetos, materiais ou imateriais, que venham como herança de gerações passadas, e que tenham um valor agregado a elas. No contexto de “Patrimônio Cultural”, entende-se que o termo engloba objetos materiais e imateriais que tenham um valor social e histórico para determinado grupo social. O autor destaca ainda que a delimitação do que é um Patrimônio Cultural depende da maneira como uma sociedade encara seus próprios hábitos e produções, e do que considera digno para proteger e disseminar para as gerações futuras.

Entre 1936 e 1937, é criado no Brasil o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão federal que cuidaria e regularia a difusão e conservação dos patrimônios culturais brasileiros; com a criação do SPHAN, o Conselho Nacional de Belas Artes foi descontinuado, uma vez que a existência de um órgão que cuidasse de patrimônios históricos e artísticos implicava na redundância de uma órgão que preservasse somente patrimônios das Artes.

No mesmo ano, a Constituição Brasileira publica o decreto de Lei Número 25 (publicado em Nov./1937) lançando o “oficialmente” o termo “Patrimônio Histórico e Artístico”, cuja definição seria:

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil, 1937, Art. 1).

Esse conceito de Patrimônio Histórico e Artístico, contudo, não englobava a imensidão de práticas do povo brasileiro e que fazem parte da identidade de diversos indivíduos. Por “bens móveis e imóveis”, entendia-se Patrimônio como algo exclusivamente material, como edificações ou objetos de diversas proporções.

Foi o desvinculamento do SPHAN ao Ministério da Educação, do qual fazia parte até a década de 1960, que ocasionou na associação do órgão a um “braço” do mesmo Ministério chamado Departamento de Assuntos Culturais (DAC), e somente na metade da década de 1970 o agora Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É somente próximo ao início da década de 90 que o Instituto ganha a “cara” que possui atualmente,

Contudo, sendo reformulado em um ritmo diferente do órgão brasileiro de preservação e difusão de patrimônios culturais, o termo “Patrimônio Cultural” só é oficialmente modificado com a Constituição Federal de 1988, que substitui o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico, pois passa-se a entender a Cultura como algo que já abrange elementos históricos e artísticos relevantes para a história do povo brasileiro.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, Art. 216).

Com a compreensão do que constitui a “Cultura” e o “Patrimônio”, entende-se o que é um Patrimônio Cultural no contexto brasileiro. Se o valor agregado a um objeto material ou imaterial depende do valor e importância que é atribuído a ele por um grupo social, tudo e nada poderiam ao

mesmo tempo ser Patrimônio Cultural dentro de uma sociedade com perspectivas plurais e grupos de indivíduos com correntes de pensamento diferentes.

Sendo um conceito que é diretamente influenciado pela sociedade que o aplica, a ideia do “Patrimônio Cultural” ainda está sujeita a mudanças que restrinjam ou ampliem seu significado. Daí surge a necessidade de separar o que pode ser conceitualmente considerado Patrimônio Cultural, e o que o Estado brasileiro reconhece como sendo Patrimônio da Cultura. Dantas (2015) sinaliza essa dualidade ao diferenciar a concepção doutrinária, que abrange todos os bens culturais, da legal, que é aplicada pelo Estado a fim de selecionar quais bens materiais ou imateriais serão foco de preservação e investimento público, por exemplo.

As teorias e conceitos doutrinários visam explicar um fenômeno, mas o conceito legal visa criar parâmetros para que o Estado possa selecionar, proteger e transmitir aqueles bens que, atendendo às normas jurídicas, deverão constituir o sistema referencial da identidade cultural do povo e da própria instituição. (Dantas, 2015, p. 32).

No Brasil, o IPHAN - seguindo também o que diz o Artigo 216 da Constituição - é a instituição pública responsável por analisar os bens culturais, e aplicar neles a perspectiva legal de “Patrimônio Cultural” para delimitar os objetos que serão “alvo” de tombamento e investimento em difusão, preservação e permanência. Pelo que propõe a Constituição, um bem cultural brasileiro só poderá ser considerado Patrimônio brasileiro tutelado pelo Estado e órgãos competentes se está abrangido numa das cinco categorias apresentadas no Artigo e se pode ser caracterizado como um item representativo da identidade brasileira (sob uma perspectiva histórica, no sentido de um objeto representar ou ter contribuído para o desenvolvimento da nação brasileira da maneira como é atualmente). Em sua pesquisa, Dantas (2015) também expõe que mesmo o conceito legal de Patrimônio Cultural se afunila em alguns momentos, ao determinar como objeto merecedor da denominação somente aquele que possui valor dentro da História do país por ter relação com movimentos sociais/culturais relevantes, personalidades famosas, entre outras características.

Ainda, há um conceito legal amplo e restrito de patrimônio cultural, como reconheceu o Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 182.782-3/RJ. Restrita seria a definição do Decreto-lei 25/37 ao adjetivar como “históricos” apenas os bem vinculados a fatos memoráveis e como “artísticos” apenas aqueles dotados de valor excepcional; e ampla seria aquela decorrente do artigo 216 da CF/88. (Dantas, 2015, p.35).

No caso do IPHAN, são aplicados regimentos diferentes para o reconhecimento de Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais. Para os Imateriais, o IPHAN conta de maneira abrangente com o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, criado pela própria instituição. Nesse Decreto, são apresentados diferentes livros de Registro para esses bens intangíveis, os quais são separados da seguinte maneira: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, e Livro de Registro dos Lugares. Para os Bens Materiais, o IPHAN começa sua classificação a partir dos seus quatro livros de tombo:

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- Livro do Tombo Histórico;
- Livro do Tombo das Belas Artes;
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

O primeiro livro, relativo ao Patrimônio Material Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, registra os objetos materiais culturais que apresentem vestígios de ocupação humana pré-histórica ou posterior, que sejam representativos de grupos sociais específicos (no Brasil, isso não se aplicaria a qualquer grupo social, mas sim aos que já possuem sua cultura “patrimonializada” pelos órgãos competentes, como diferentes grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros), e à bens que possuem valor paisagístico (tanto natural, quanto reservas florestais, parques, praias, entre outros, quanto modificados pelo homem, como construções que receberam valor cultural por estarem em determinada região, possuírem determinada estrutura/estética, ou terem sido construídas em determinada época).

O segundo livro registra bens materiais que tenham valor histórico. O valor atribuído a um bem material deste livro vai depender da sua relação com eventos e fatos memoráveis da história brasileira. Segundo o IPHAN, os objetos são categorizados como “bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) ou móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças)”.

O terceiro livro inclui bens de valor artístico não utilitário, por isso o nome “belas artes”. Essa categoria exclui produções artísticas que também tenham funções práticas, como mobiliário por exemplo, ou que tenham função decorativa, como joias e outros ornamentos corporais. Serão registrados nestes livros pinturas, esculturas e instalações artísticas que possuam valor estético e intelectual.

Por fim, o quarto livro diz respeito às artes que possuem valor utilitário. Podem ser registradas construções arquitetônicas, vestimentas, produtos da área do design, e alguns livros. Para itens dessa categoria, leva-se em consideração o valor que o caráter utilitário de um objeto trouxe para o grupo social que o utilizou.

Portanto, no contexto brasileiro, edificações, construções e instalações com valor arquitetônico estão abraçados pelos livros de tomo dois e três, a depender da relação da construção com o meio em que está e qual seu valor histórico e/ou social. O reconhecimento de uma obra arquitetônica, contudo, como patrimônio cultural material depende do valor cultural, histórico e social que lhe é atribuído pelos grupos e instituições portadoras da responsabilidade que é definir o que é ou não patrimônio cultural brasileiro.

Nesse aspecto, a pesquisa de Dantas (2015) encontra a de Santos, Gonçalves, Bojanoski (2014), e conclui-se que o ato de patrimonializar uma obra arquitetônica depende de aspectos ideológicos e políticos que determinam a relevância dos detalhes contextuais de uma construção, como por exemplo, se o movimento artístico que inspirou a arquitetura da construção foi relevante ou não para o período em que a obra foi construída, se o escritório de arquitetura ou arquiteto que assinou o projeto teve relevância social e histórica na cidade em que a construção foi criada, se a finalidade da obra é um elemento que destaca a construção e a torna revolucionária para seu período etc.

3.1. IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS E REGISTROS DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA AS EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES

A Carta de Atenas (1933) dita também que “A história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades. Aquilo que deles subsiste forma o fio condutor que, juntamente com os textos e documento gráficos, permite a representação de imagens sucessivas do passado”. Santos, Gonçalves, Bojanoski (2014, p. 364) concluem que a documentação, seja de registros textuais ou desenhos que foram elaborados para representar aspectos da construção em um determinado momento do seu desenvolvimento, integra a construção em si mesma. Um desenho que ilustra os planos iniciais e não executados para a fachada de uma construção, por exemplo, representa a construção em si, não do jeito que está na atualidade, mas sim no período que ainda estava sendo construída e planejada pelos profissionais e proprietários envolvidos.

Documentos de projetos arquitetônicos, assim como as fotografias, tem o potencial de preservarem versões já superadas de uma construção, traçando o histórico completo ou parcial de suas modificações. Não somente os documentos de projeto arquitetônico carregam essa possibilidade de profissionais constituírem a memória patrimonial da construção, como também podem ser utilizados para execução de restauros em construções que sobreviveram ao passar do tempo e desejam restituir seus aspectos originais, e ainda podem ser utilizados por pesquisadores para que mudanças em paradigmas e estilos da arquitetura sejam estudados com exemplos materiais. Foi, inclusive, a utilização de documentos de projetos arquitetônicos e de engenharia para realização de intervenções em edificações com valor patrimonial histórico-cultural que ajudou a acender a discussão sobre preservação de documentação arquitetônica pelas unidades informacionais brasileiras.

Um exemplo recente desse potencial foi visto na restauração do Teatro Nacional Claudio Santoro, de Brasília (2024), que contou com uma doação de documentos de projeto arquitetônico do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). Os envolvidos na restauração destacaram a importância de terem acesso aos materiais originais para restaurarem elementos das construções originais dos profissionais Oscar Niemeyer (arquiteto), Athos Bulcão (artista) e Burle Marx (paisagista). Sendo o restauro de edificações arquitetônicas uma ação de grande valor na preservação do patrimônio histórico e cultural de uma nação e que também assegura uma nova funcionalidade para edifícios não naturalmente adaptados à modernidade (Silva et al., 2024), é importante que as obras de restauração sigam ao máximo às referências da documentação original a fim de não descaracterizar a construção, e que ao mesmo tempo analisem a documentação original para estudar a viabilidade de inserir elementos modernos e necessários aos edifícios (por exemplo, recursos de acessibilidade como rampas ou elevadores, instalações elétricas e de esgoto que não causem problemas à estrutura da obra etc.). Em uma entrevista publicada pelo Jornal USP sobre a oficialização da doação da coleção do arquiteto João Batista Vilanova Artigas (Kiyomura, 2024), a bibliotecária Gisele Brito destaca como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com a disponibilização dos documentos de projetos arquitetônicos da própria faculdade, constantemente também possibilita que propostas de intervenção no edifício sejam feitas por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da faculdade, além de possibilitar que demais profissionais busquem referências para outras construções brasileiras cujas plantas, cortes e croquis se encontram no acervo.

É com essa preocupação que Kushnir, Meneguello, Costa (2025) levantam que as dificuldades em acessar coleções de documentos de projetos arquitetônicos no Brasil implicam na não utilização dos documentos de desenvolvimento e construção de um projeto na restauração de edificações brasileiras, comprometendo a memória dessas edificações, e causando uma perda irreparável de elementos originais das construções. A localização de documentação dos projetos arquitetônicos de construções de valor patrimonial social, cultural e histórico se torna mais que essencial para que sejam feitas intervenções devidamente planejadas com a intenção de preservar o máximo dos elementos originais possível (Azevedo, 2015 *apud* Viana, 2015, p.134).

As dimensões dos documentos de projetos arquitetônicos, tal como as especificidades de acondicionamento exigidas para sua preservação integral, fizeram com que muitos projetos tivessem partes desassociadas ou descartadas com o passar do tempo (Santos, Gonçalves, Bojanoski, 2014, p. 371); a preocupação de organizar e preservar a documentação que escapou dos descartes e dos desmembramentos de projetos é maior do que nunca, e se torna necessário agir para que as instituições e pessoas detentoras dos materiais busquem os melhores procedimentos e técnicas para o processamento correto dos documentos.

Atualmente, as coleções que possuem documentos de projetos arquitetônicos no Brasil estão espalhadas em diferentes tipos de unidades informacionais, como Arquivos, Bibliotecas públicas e privadas, e coleções particulares de escritórios, famílias e instituições, fato reforçado por Azevedo (2011 *apud* Santos, Gonçalves, Bojanoski, 2014, p.367) que descreve os arquivos federais, estaduais e municipais como detentores da maior parte da documentação de projetos arquitetônicos existente, instituições particulares e públicas como detentoras de coleções pontuais obtidas por doações ou acordos com famílias dos profissionais e escritório, e soma-se que essas próprias famílias e escritórios de arquitetura possivelmente detêm parte das coleções passadas a eles. É fato que, entre as diferentes unidades informacionais detentoras dessas coleções, não existe padronização no que tange a organização, catalogação e difusão dos documentos desses acervos.

No Brasil, houve desde a década de 1990 algumas iniciativas para a formação de grupos, comissões e elaborações de documentos que pudessem nortear alguns procedimentos para preservação e difusão dos documentos ligados ao patrimônio arquitetônico, além de advogar pela valorização deles em contexto nacional.

Uma das primeiras iniciativas reconhecida foi a formação do Docomomo Brasil, criado em 1992 no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para

atuar como um “braço” do Docomomo no contexto nacional. Apesar de não serem direcionados apenas para assuntos relativos à documentação de projetos arquitetônicos, o Docomomo Brasil frequentemente publica artigos que ressaltam importância dos documentos iconográficos da Arquitetura para a preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro.

Em 2003, durante o XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos realizado no Rio de Janeiro, foi sugerida a criação da Comissão de Arquivos de Arquitetura e Urbanismo, que se concretizou três anos após a proposta ser encaminhada ao Arquivo Nacional (Fernandes, 2011), com o nome “Câmara Setorial sobre Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo”. A Câmara tem como objetivo a proposta de diretrizes e normas relativos ao processamento, organização, preservação e ao acesso de documentação das áreas abrangidas.

Destaca-se a criação da Rede de acervos de Arquitetura e Urbanismo em 2019, vinda de uma iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo (IABsp), com o objetivo de desenvolver práticas relacionadas às políticas de acervos no Brasil, mas também de estabelecer uma rede de colaboração entre profissionais da arquitetura e urbanismo e as instituições detentoras das coleções com documentação arquitetônica. Com mais de 20 organizações participantes, a Rede de Acervos conta com a participação de faculdades públicas, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; faculdade privadas, como a Universidade Presbiteriana Mackenzie; Núcleos de pesquisa, como o Docomomo; Arquivos, como o Arquivo Histórico do Município de São Paulo; o Conselho Nacional de Arquivos, entre outros.

Outras ações pontuais que merecem destaque são: a criação do Centro de Memória criado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS) com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que tem como objetivo a aquisição de coleções de documentação arquitetônica que possam atender interesses sociais, profissionais e acadêmicos da comunidade local; e a criação do banco de dados Acervos FAUUSP (www.acervos.fau.usp.br) pela biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, visando disponibilizar informações sobre projetos arquitetônicos de mais de quarenta escritórios de arquitetura brasileiros (Acervos FAUUSP, 2023) a fim de facilitar a busca por materiais disponíveis no acervo, que podem ser acessados digitalmente ou presencialmente na biblioteca.

É a partir de 2020 que as discussões sobre preservação de documentação arquitetônica ganha força real, quando a coleção do icônico arquiteto Paulo Mendes da Rocha é enviada para a Casa da Arquitectura, em Matosinhos, Portugal (Kushnir, Meneguello, Costa, 2025). A doação

feita pela família do arquiteto levantou a questão de por qual motivo uma coleção que continha documentos de projetos arquitetônicos relativos a construções brasileiras havia sido enviada para uma instituição estrangeira, ao invés de ser doada para instituições brasileiras que possivelmente possuiriam um maior público interessado em consultá-la para fins de pesquisa. Autor das construções paulistanas “Praça do Patriarca”, “SESC 24 de Maio”, “MUBE” e tendo participado de reformas na Pinacoteca de São Paulo e no Museu de Língua Portuguesa, a doação de sua coleção a uma instituição pouco acessível para o público brasileiro retoma a preocupação de Kushnir, Meneguello e Costa (2025), sobre como serão feitas restaurações e reformas que mantenham características essenciais das construções intactas, se o material de referência original não estiver no alcance de quem as executa. O mesmo se aplica para a polêmica doação do acervo do arquiteto Lucio Costa, criador do plano piloto de Brasília, que foi doado também à Casa de Arquitectura, sob as alegações vindas da família do arquiteto e da antiga instituição possuidora da coleção⁴ de que o custo para manter os documentos no Brasil estavam muito altos, e que a instituição portuguesa possuía uma capacidade de processamento de matérias especializadas que a destacava (Ortiz, 2021).

Eduardo Costa, também entrevistado para comentar sobre a doação definitiva do acervo de Vilanova Artigas em 2024 (Kiyomura, 2024) ainda destaca que não só a biblioteca, ao disponibilizar a documentação de projetos arquitetônicos aos profissionais do ramo, permite que a consultem e utilizem como referência para que executem as intervenções nos edifícios dos quais os documentos “fazem parte”, como também fornecem à própria biblioteca e à FAUUSP parcerias e colaborações com instituições brasileiras e estrangeiras diversas. E assim, conforme mais iniciativas colaborativas surgem entre entidades detentoras de acervos arquitetônicos iconográficos, maior se torna a rede de profissionais e pesquisadores que terão seu acesso aos documentos originais, materiais ou digitalizados, facilitado para a realização de projetos nas construções que constituem patrimônio brasileiro.

⁴ Coleção do arquiteto estava há 20 anos na instituição brasileira Instituto Tom Jobim, no Rio de Janeiro.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA

Conforme apresentado neste trabalho, é de compreensão geral dos pesquisadores sobre patrimônio arquitetônico que a documentação de arquitetura se encontra em um estado delicado de preservação, processamento, organização e que o seu acesso é muitas vezes difícil de se obter. Azevedo (2015) teoriza que parte da degradação causada aos documentos de projetos arquitetônicos, ao menos das coleções modernas, se deu pelo fato de que os próprios profissionais que os elaboravam encaravam o material com uma perspectiva puramente técnica e voltada para a utilização dos documentos para o planejamento e execução das obras, sem cogitar o valor cultural, artístico e histórico que os documentos poderiam potencialmente carregar (Azevedo, 2015 *apud* Viana, 2015, p.134).

Contudo, atualmente esse tipo de documentação ganha cada vez mais valor, considerando que carrega em si um valor cultural e histórico, e que pode ser amplamente utilizado para a realização de intervenções nas construções que ainda existem e que ainda exercem função social, necessitando, portanto, de atualizações relativamente constantes para que o espaço seja acessível e útil à comunidade que o utiliza e frequenta.

Atualmente, o documento mais completo nacional que aborda os diferentes desafios para preservação, organização e catalogação dos materiais físicos de projetos arquitetônicos é a Resolução CONARQ/MGI Nº 56, de 15 de Outubro de 2024 (Diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído). O documento reúne um conjunto de boas práticas para instituições públicas e privadas detentoras de acervos com documentação arquitetônica, e destaca como finalidade:

I. Realizar levantamento bibliográfico sobre normativas e procedimentos adotados nacional e internacionalmente; II. Definir os elementos essenciais e complementares para uma política de preservação, acesso e difusão de documentos de arquivo; III. Propor requisitos necessários para que os arquivos privados relacionados com a arquitetura e o ambiente construído sejam passíveis de serem considerados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; IV. Organizar audiências públicas, visando estimular amplo processo de debate com as comunidades de interesse; V. Conduzir consulta pública sobre a proposta de resolução, e VI. Elaborar publicação técnica, formato de cartilha, para o público interessado. (CONARQ, 2024, p.15).

Ainda nas primeiras páginas, é interessante perceber que a resolução da CONARQ destina um espaço para elencar os diferentes tipos de intervenções que uma edificação arquitetônica

patrimonial pode sofrer, e suas definições (2024, p.19). Uma construção existente pode sofrer ampliações e reduções de espaços; modificação de elementos estéticos ou funcionais da construção; remanejamento de elementos ou de partes da construção, implicando no deslocamento desses elementos/partes; “reciclagem” ou reaproveitamento do espaço por meio da adaptação do uso original, considerando a manutenção e conservação das características espaciais e estéticas originais; reconversão, utilização do espaço considerando a total alteração do uso e função original, considerando a manutenção e conservação das características espaciais e estéticas originais; recuperação, modificação no espaço direcionada para alterações na funcionalidade do lugar, podendo ou não manter as características espaciais e estéticas originais do local; reforma, sendo a renovação ou melhora dos elementos de uma construção, visando preservar as características principais originais; conservação, como o conjunto de procedimentos feitos para preservar as características originais do local sem modificá-lo; e restauração, como os procedimentos feitos para recuperar os elementos de uma construção que se encontra parcial ou totalmente descaracterizada de suas características originais. A presença dessas definições na resolução que trata de patrimônio documental arquitetônico indica a preocupação em determinar os diferentes tipos de uso dos documentos de projeto arquitetônico em planejamentos de intervenções em construções. Reconhecer, estudar e categorizar positivamente implica no reconhecimento do valor da documentação de arquitetura para as construções que são patrimônios arquitetônicos.

A resolução determina também importância da identificação do “tipo documental” de um documento de projeto arquitetônico como metodologia para que seu processamento seja feito respeitando suas especificidades materiais e de conteúdo (Viana; Rodrigues, 2020 *apud* CONARQ, 2024, p.42). Esse processo consiste em entender em qual fase de um projeto determinado documento foi produzido, se foi executado ou não, se possui relação com outra área correlata à Arquitetura (Urbanismo, Paisagismo, Design, por exemplo), se foram utilizadas técnicas atípicas de desenho ou representação de informações técnicas, e quais características materiais e contextuais do documento constroem sua identidade dentro da coleção de documentos de projetos arquitetônicos. Identificar o tipo documental de cada documento de um projeto arquitetônico inclui entender todo o contexto por trás de sua elaboração, e o seu contexto como registro documental na atualidade.

Ao apresentar a definição de “tipo documental” como ferramenta para a organização de um acervo de documentação de projetos arquitetônicos, vale ressaltar que a Resolução se baseia

fortemente na teoria e contexto da Arquivologia. O método de coleta de informações de um documento proposto pela Resolução se inspira em dois grupos de pesquisa espanhóis, o Grupo de Trabalho de Arquivistas Municipais de Madrid e a Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura (CONARQ, 2024); segundo o método, a coleta de informações parte primeiro da separação dos itens abaixo, que possuem as próprias características a serem definidas individualmente.

I. Órgão produtor. Estudo do elemento orgânico (estrutura administrativa) e do elemento funcional (competências, funções, atividades), cuja informação obtém-se através dos próprios documentos e dos textos legais e normativos pertinentes à estrutura e ao funcionamento do órgão, durante a sua existência (Rodrigues; Viana, 2023).

II. Tipos documentais. Estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos – que se referem à estrutura física e a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) – e dos elementos internos – referentes ao “conteúdo substantivo do documento (atividade) e natureza de sua proveniência e função” (Bellotto, 2000, p. 24-25) –, para reconhecer e denominar a espécie e o tipo documental e definir a série documental, a partir da análise comparativa da tipologia documental e do agrupamento em conjuntos que registrem a mesma atividade (Rodrigues; Viana, 2023). (CONARQ, 2024).

Apesar do método se mostrar interessante no processo de identificar elementos contextuais que contém alto valor informativo e que não são explicitamente expressos em sua materialidade, esse processo envolve a coleta de informações que podem não ser tão pertinentes para outras unidades informacionais quanto é para os Arquivos.

O método, contudo, tem sua importância considerando que as informações contextuais levantadas durante o processamento do documento podem contribuir com pesquisas e estudos sobre as edificações brasileiras. Informações quanto à custódia de um material, por exemplo, podem auxiliar profissionais da Arquitetura a rastrear possíveis locais onde documentos de coleções que sofreram dissociação estão; identificar o escritório responsável pelo projeto de um patrimônio arquitetônico brasileiro oferece, por exemplo, ao profissional envolvido na intervenção que, na falta de informações no documento disponível, referências sejam buscadas em documentação do escritório de origem.

Depois de definir o tipo documental de cada material, toda unidade informacional detentora do documento de projeto arquitetônico precisa entender as condições físicas do seu documento. O que é necessário para manter o documento estável, quão grandes foram os danos que sofreu antes de chegar ao acervo ou antes da gestão atual assumir o acervo, e quando aplicar cada ação conservativa ou relativa à restauração.

4. PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS

Caminhando junto do processamento e identificação dos materiais de projetos arquitetônicos, a conservação dos documentos originais em suporte material e de suas representações digitais são duas ações que precisam ser feitas com zelo e atenção pelas instituições detentoras das coleções de materiais arquitetônicos. O documento de um projeto arquitetônico constitui parte do próprio patrimônio arquitetônico físico, representando a edificação ou o conceito da edificação em determinado período e contexto, e sua conservação que determina a permanência desse “estado” do patrimônio na realidade física ou digital. Enquanto o croqui, planta baixa ou corte de uma edificação existir em condições que permitem seu estudo e interpretação, o patrimônio arquitetônico no estado representado no documento também “existe”. A ideia é reforçada também na Resolução Nº 56, de 15 de Outubro de 2024 quando é dito que “os registros da atividade projetual ultrapassam a sua função administrativa e o seu valor probatório original, muitas vezes constituindo a única comprovação de uma ideia não concretizada, de um projeto alterado e de uma obra não construída”.

No meio físico, os documentos de projetos arquitetônicos não possuem um padrão nas dimensões, os materiais variam dentro de determinados períodos e entre diferentes períodos também, e as diferentes técnicas utilizadas para que as informações fossem transferidas aos papéis também são variáveis. Cada documento contendo especificidades materiais únicas, o acondicionamento dos documentos e técnicas utilizadas para reparos preventivos ou restauração também variam, e é nisso que mora a dificuldade das instituições detentoras dessas coleções de projetar um local que tenha o espaço de armazenamento, temperatura, umidade e luz ideal para a preservação completamente efetiva dos documentos.

Para os documentos arquitetônicos produzidos em suporte de papel, os papéis utilizados podem ser “transparentes (manteiga, vegetal, albanene e Cronaflex) ou opacos (Canson, Schoeller e sulfite grosso)” (CONARQ, 2024, p.47). Suas informações podem ser passadas ao papel através da utilização de grafite, giz, tintas utilizadas em canetas, tintas próprias para desenho e pintura (como a tinta aquarela), ou tintas utilizadas em dispositivos de impressão ou reprodução de documentos já existentes. Além dos listados acima, existem também documentos arquitetônicos feitos sobre papéis fabricados com materiais utilizados em tecidos, e existem documentos arquitetônicos produzidos utilizando processos fotomecânicos como a cianotipia e a impressão com diazonium, que respectivamente geravam as “blueprints” e “whiteprints”, ou cópias heliográficas.

Esses últimos, conforme reforçado pela Resolução Nº 56, muitas vezes podem constituir o único registro disponível de um documento cujo original não existe mais ou está excessivamente danificado, portanto não deve ter seu valor informativo e material descartado (CONARQ, 2024, p.49).

A identificação dos tipos diferentes de papel ou de material utilizado para passar as informações nos documentos algumas vezes depende da utilização de componentes químicos ou de ferramentas próprias de conservação, além de espaço disponível para disposição total do documento. Contudo, determinar pelos aspectos físicos visíveis e táteis do documento sua fragilidade e maleabilidade já fornece à instituição detentora do acervo um norte para guiar a maneira como eles devem ser armazenados (dobrados, enrolados em si mesmos, enrolados em volta de um suporte macio ou rígido que mantenha seu formato, totalmente abertos horizontalmente sobre uma superfície na qual cabe inteiro, ou abertos verticalmente dentro de algum recipiente que os comporte inteiros). Se o papel tem aspecto quebradiço e seco, por exemplo, acondicioná-lo em um recipiente que o deixe dobrado ou muito enrolado pode tornar difícil a consulta posterior, pois a pessoa que o consultar precisará aplicar força para abrir o documento inteiro.

Os suportes utilizados para guardar os documentos de projetos arquitetônicos também precisam ser cuidadosamente escolhidos para armazenar a documentação. Cada documento, por características como PH do papel, acidez das tintas utilizadas para representar as informações, estado de limpeza com o qual chegou no acervo, entre outras, vai apresentar um estado de fragilidade ou contaminação diferente. Os suportes e modos de armazenamento devem considerar as condições de cada material, tanto para preservá-lo quanto para proteger outros materiais da degradação. Para a organização dos materiais dentro dos acervos, são utilizados principalmente estantes e mapotecas, onde os documentos são armazenados majoritariamente em pastas ou tubos de diferentes materiais⁵. Os tubos podem ser feitos de PVC ou diferentes tipos de papelões, e as pastas podem ser feitas de materiais plásticos, papelões, ou papéis neutros ou alcalinos.

Em acervos com grande variação dimensional da documentação que contém documentos de um mesmo projeto que são acondicionados em condições diferentes umas das outras; em contextos onde a dimensão ou estado físico de um documento o impossibilita de ser armazenado

⁵ Informação extraída a partir de trabalhos que envolvem estudos de caso de acervos com materiais em suporte de papel, tratados como documentos de projetos arquitetônicos ou materiais cartográficos, que, dentro de arquivos históricos (Santos, Gonçalves, Bojanoski, 2014, p.365) ou coleções que não tratam os documentos mencionados neste trabalho como sendo documentos de projetos de arquitetura, possivelmente contém documentação arquitetônica.

próximo ao resto do projeto ao qual pertence, é relevante lembrar que seu armazenamento afastado dos documentos que o complementam pode ser feito contanto que ele não seja desassociado intelectualmente dos demais (Silva, 2018, p.10), sendo necessário manter registro de sua localização no acervo, a qual projeto pertence, onde estão localizados seus documentos complementares, e o que motivou sua separação do resto do projeto.

Documentos que podem contaminar outros, por apresentarem contaminantes fúngicos ou oxidantes, ou por possuírem tintas e fitas adesivas que transferem seus aspectos químicos para outros documentos, precisam ser isolados dos demais para uma conservação mais efetiva da coleção. Uma alternativa adotada por acervos como o do Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras é a de envolver cada folha em um invólucro de poliéster após a limpeza e restauração, quando necessária (Silva, 2016, p.9).

É de grande importância retomar que as técnicas de conservação se diferenciam das técnicas de restauração, uma vez que cada uma dessas ações consiste em um processo com intenções diferentes. A conservação é feita através de processos “não-invasivos” aos documentos, a fim de manter sua integridade física, retardando degradações causadas por contaminantes, manuseio, condições climáticas, entre outros; a restauração, por sua vez, implica na intervenção direta no documento a fim de corrigir um dano já causado por agentes externos no material e retornar o documento a um estado mais próximo ao original ou anterior de preservação (Mello, 2018). Dito isso, enquanto as escolhas de acondicionamento e organização física dos materiais são ações de conservação, a aplicação de pequenos ou grandes reparos em documentos de projetos arquitetônicos cabe a profissionais especializados em técnicas de restauração.

Para a restauração, além de analisar a fragilidade e maleabilidade do documento (importantes para definir como os documentos serão armazenados), é necessário observar o sentido das fibras do papel utilizado, solubilidade das tintas e colas, a estabilidade dos elementos adicionados ao papel e dos agentes que o contaminam, a urgência da intervenção considerando o quanto demorado está sendo o processo de degradação do documento, e se o documento possui condições de passar pelas intervenções necessárias (Chagas e Bahia, 2010 *apud* Mello, 2018). Algumas das técnicas de restauro de documentos de projetos arquitetônicos, quando suportados pelos documentos, são: aplicação de papel japonês com cola CMC (Carboxi Metil Celulose) para estabilizar a estrutura de documentos com rasgos e/ou buracos grandes, remoção de fitas e grampos de metal corrosivos, lavagem do documento por imersão com água e/ou produtos químicos.

Práticas como a lavagem de documentos por imersão são aplicadas, contudo, com menos frequência pelos acervos de materiais de projetos arquitetônicos. Não só exige que o acervo possua uma grande estrutura para depositar a água e os produtos químicos utilizados na limpeza, como também demandam um amplo espaço em que os documentos ficarão durante a secagem. Por esse motivo, a limpeza desse tipo de documento é lida como uma ação principalmente de conservação, recorrendo a procedimentos mais invasivos ao documento somente em situações em que há perigo de contaminação por diferentes agentes, ou rápida degradação. Na conservação, documentos em papéis opacos e translúcidos podem receber uma limpeza superficial com a utilização de trinchas, pó de borracha e bisturis ou espátulas que possam ajudar a remover pequenos pontos de sujeira que as ferramentas mencionadas antes não conseguem remover.

Em coleções de documentos arquitetônicos no Brasil, o clima naturalmente mais úmido e de temperatura mais elevada na maior parte do ano tornam as condições para preservação dos materiais mais difícil que nos países de clima mais ameno (Guimarães; Beck, 2007 apud Rosa, 2021). Essas condições favorecem o surgimento de microrganismos danosos nos papéis, aceleram o processo de oxidação de pontos de metal (grampos ou “clips”) nos documentos, e consequentemente dificultam a tarefa dos profissionais da unidade informacional de regular as condições do ambiente de armazenamento do acervo, além de aumentarem a chance de os profissionais adoecerem devido aos agentes contaminantes (transmitidos pelo ar e pelo toque, sem a utilização de EPIs adequados).

Portanto, para proteger a documentação dos elementos ambientais e climáticos que causam danos de curto a longo prazo, as instituições precisam armazenar os documentos em ambientes com circulação de ar controlada, reguladores de umidade (como desumidificadores) e reguladores de temperatura (ventiladores e/ou ar-condicionado). Faz parte também da conservação preventiva dos documentos a verificação constante dos ambientes em busca de possíveis infiltrações, pontos causadores de incêndio, e “invasão” do acervo por animais ou insetos (como ratos ou traças). Caso sejam danificados por agentes externos ou durante desastres que acometem o acervo, a verificação feita sobre os documentos deve ser cuidadosa e feita somente após o documento estabilizar; por exemplo, na ocasião de um documento sofrer danos sérios pelo excesso de água, é necessário esperá-lo secar completamente antes de abri-lo com cuidado sobre uma superfície limpa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Documentos de projetos arquitetônicos estão cada vez mais se tornando objeto de interesse dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, e os diferentes tipos de instituições unidades informacionais possuidoras de coleções compostas por materiais arquitetônicas demonstram cada vez mais interesse em preservar esse tipo de documentação, conforme indicado pela crescente quantidade de iniciativas que geram reflexões sobre procedimentos mais adequados para processamento e conservação desses materiais.

A criação da Resolução da CONARQ mencionada ao longo deste trabalho, por si, já indica positivamente o interesse dos órgãos brasileiros envolvidos em tratamento documental no material de projetos arquitetônicos. Não é possível julgar os itens cujo foco destina-se à atuação em Arquivologia, uma vez que o próprio órgão criador da resolução atua como representante dos Arquivos brasileiros; contudo, vale reforçar que nem todas as diretrizes sugeridas se adaptam ao contexto e funcionamento de unidades informacionais diferentes, tal como as bibliotecas, museus e coleções particulares.

As sugestões de cuidados para preservação da documentação arquitetônica são especialmente bem elaboradas, compilando instruções sobre acondicionamento, pequenos reparos, reparos preventivos e restauração de documentos em diferentes condições e formatos. Destaca-se também a série de instruções quanto à preservação da documentação arquitetônica em ambiente digital. Conforme apresentado nos primeiros capítulos deste trabalho, a produção dos documentos de projetos arquitetônicos está cada vez mais restrita aos programas CAD, e a materialidade dos documentos analógicos impossibilita que alguns exemplares sejam manuseados e consultados de maneira excessiva; pensar não só no futuro dos materiais iconográficos físicos como também no futuro dos acervos de arquitetura diante da migração do suporte dos documentos é de extrema relevância e pertinência no cenário atual.

Conclui-se, a partir dos aspectos sobre preservação de documentação arquitetônica e das iniciativas criadas por entidades que possuem acervos com esses documentos ou possuem interesse na ampla aplicabilidade deles, que a utilização dos documentos de projetos arquitetônicos para realização de intervenções em edificações que constituem patrimônio brasileiro depende tanto das condições físicas em que o material original se encontra, quando da disposição dos acervos de arquitetura de promoverem iniciativas de difusão de seus acervos e colaborações com núcleos de

pesquisa dentro das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Arquivologia e demais áreas correlatas.

A noção de que a documentação de uma construção é essencial para sua preservação e para guiar possíveis reformas é encontrada até mesmo na literatura de áreas paralelas à Arquitetura, como a Engenharia Civil, conforme mencionado por Watanabe (2024), indicando que toda construção precisa manter um arquivo com documentos que registrem o histórico de seu desenvolvimento e informações contextuais sobre contratações de serviço e especificidades técnicas, além dos próprios desenhos. Se, portanto, existe a valorização destes documentos para edificações atuais, é ainda mais crítico que mais profissionais envolvidos em intervenções em construções antigas busquem documentos de referência nas entidades e instituições que os possuem.

Parcerias que facilitam a troca de informações, sugestões e procedimentos sobre documentação arquitetônica entre acervos e instituições e/ou grupos de pesquisa da Arquitetura e Urbanismo consequentemente facilitam que o material, mesmo que em sua versão digital, circule entre profissionais e pesquisadores e alcance quem precisa das referências fornecidas pelos documentos. Contudo, considerando a extensão de projetos elaborados por cada arquiteto e escritório de arquitetura brasileiro, muitos de natureza “doméstica” e que hoje não estão “sob a guarda” de uma entidade de pesquisa, não é possível dizer que o acesso aos documentos de projetos arquitetônicos atende o potencial usuário. Pelo contrário, mesmo com os esforços das diversas unidades de informação pelo Brasil detentoras destes documentos, muitos profissionais envolvidos em intervenções em edificações assinadas por arquitetos, escritórios de arquitetura ou relevantes para a história brasileira pelo contexto de construção, ainda não conseguem utilizar a documentação disponível nos acervos para a execução das modificações.

O crescimento gradual dessas iniciativas colaborativas, tal como a potencial iniciativa de digitalizar essas coleções de dimensões variadas – como atualmente faz a FAUUSP –, é positivo e indica que o cenário de acesso à documentação arquitetônica para reformas e modificações em edifícios de alto valor arquitetônico, histórico e cultural caminha para uma melhora. Enquanto o processo de difusão ainda se desenrola, no entanto, se mostra essencial que as unidades informacionais continuem a dedicar tempo e esforço para preservar a documentação arquitetônica.

Registrados em suportes delicados, de condições e níveis de estabilidade variados, é compreensível como várias instituições tiveram e ainda têm dificuldades em processar e conservar

estes materiais. As características químicas dos papéis, tal como as técnicas utilizadas para elaboração dos cálculos, textos e desenhos, variam muito entre si e tornam impossível a aplicação de um único tipo de procedimento para preservação de uma coleção inteira, uma vez que os projetos arquitetônicos não são constituídos por documentos feitos em um único tipo de papel, com uma única técnica, em um único tamanho.

Enquanto a tendência dos documentos, por fatores naturais que diminuem seu tempo de vida útil mesmo com a aplicação de procedimentos de conservação documental, é terem suas estruturas enfraquecidas pelo tempo e se tornarem mais frágeis, sua digitalização enquanto ainda estão estáveis é uma alternativa para a preservação da memória dos edifícios que constituem patrimônio arquitetônico, mesmo que dissociados do suporte material. Para documentos que não apresentam estabilidade física ou para aqueles que estão sendo guardados por instituições sem estruturas para tal procedimento, a prioridade se torna a aplicação do máximo de medidas conservativas possível.

Tal como as edificações que representam, os documentos de projetos arquitetônicos carregam em si histórias, ideias e perspectivas que a passagem do tempo e as modificações conceituais no projeto não apagam. A valorização desse tipo de documentação agrega imensamente para a cultura brasileira ao permitir a reconstituição de visões que a maior parte da população não viu presencialmente ou no tempo certo; os documentos de projetos arquitetônicos são parte da história brasileira tanto quanto suas construções, e assumirão o valor da própria edificação quando ela não existir mais. As plantas, os croquis, os detalhes, as fachadas e os cortes, além de outros documentos, têm tanto valor quanto a própria construção, com a diferença de que o documento pode ser o que a edificação é, o que ela nunca foi, e o que ela não é mais.

Conforme visto no referencial teórico, a documentação de projetos arquitetônicos é delicada, possui condições de estado de preservação muito variável de documento para documento, e está espalhada por diferentes tipos de unidades informacionais, e cada uma tem procedimentos próprios para processamento e tratamento de maneira diferente. É, portanto, um desafio muito grande para instituições, públicas ou privadas, que não possuem espaço, verba ou equipe especializada para o tratamento e organização desses documentos, manter uma coleção de documentos de projetos arquitetônicos em condição de preservação estável, com acesso de consulta facilitado para profissionais e pesquisadores, e com todas suas informações contextuais disponíveis tanto para a equipe quanto para usuários do acervo.

As alternativas para alteração de espaços de armazenamento de coleções iconográficas de Arquitetura são de difícil execução para algumas instituições, uma vez que dependem do espaço do edifício em que a coleção está guardada, da disposição do ambiente do acervo e da especialização da equipe. Às instituições que não possuem profissionais da restauração no corpo de funcionários, indica-se a promoção de cursos de especialização, para que toda unidade informacional detentora deste tipo de acervo tenha autonomia para executar limpeza e pequenos reparos nos documentos.

A Resolução, conforme apresentada anteriormente neste trabalho, também recomenda que as unidades informacionais com documentos de projetos arquitetônicos possuam em seu time de funcionários profissionais que sejam capazes de identificar detalhes contextuais do documento que podem auxiliar na sua organização e tratamento. Essa recomendação também apresenta empecilhos para ser executada, uma vez que o ideal recomendado é que as equipes possuam um profissional especializado em Arquitetura e Urbanismo; muitas vezes, as unidades informacionais não possuem verba para a contratação de profissionais da informação o suficiente para cuidarem do acervo, então pressupõem-se que a contratação de um profissional que atuasse principalmente na contextualização de documentos é uma sugestão pouco prática. Nesse caso, a promoção de cursos profissionalizantes e de especialização também pode resolver parte do problema no processamento de documentos.

Para a questão da verba, um problema possivelmente enfrentado por muitas instituições, recomenda-se a busca por parcerias com entidades do ramo da Arquitetura e Urbanismo, ou de ramos envolvidos na produção cultural, que tenham interesse na divulgação cultural ou científica do acervo. Brito (2021), ao abordar o gerenciamento do acervo iconográfico da FAUUSP, menciona “Vários desafios se colocam na gestão de um acervo como esse: [...] a busca de parcerias que garantam os recursos materiais, financeiros e de pessoal para sua manutenção; [...]”, e listou as parcerias como a realizada com o Itaú Cultural em 2019.

Além dos recursos da própria universidade de repasse de orçamento para a unidade e editais de fomento à pesquisa e extensão universitária, projetos com a iniciativa privada têm se mostrado muito efetivos. Um recente exemplo foi a parceria iniciada em 2019 com o Itaú Cultural, que culminou em uma série de ações. [...] Esta parceria com o Itaú Cultural proporcionou também um aporte financeiro para conservação da coleção Rino Levi, principalmente envolvendo os negativos de vidro da coleção. (Brito, 2021, p.177).

Além disso, utilizar a rede crescente de parcerias entre instituições detentoras desses acervos e pesquisadores como o núcleo Docomomo, por exemplo, para estabelecer contatos com instituições particulares com potencial de auxiliar na verba destinada aos cuidados dos documentos, e para permitir uma troca de ideias e informações sobre o tratamento dos acervos, pode ser extremamente útil para instituições com pouca experiência e inserção na área.

Para além da Resolução da CONARQ e dos estudos já existentes quanto ao tratamento de documentação arquitetônica em unidades informacionais, sugere-se a criação de um conjunto de diretrizes ou normas que guie o tratamento destes documentos em bibliotecas e outros tipos de coleções, uma vez que a Resolução parte da perspectiva da Arquivologia, e uma grande parcela dos textos consultados nesta pesquisa possuem um viés voltado às necessidades do campo da Arquitetura e Urbanismo. A Resolução representa um grande passo para a definição de procedimentos para o processamento e organização do material iconográfico arquitetônico pois contempla os estudos sobre os elementos documentais a serem considerados para uma organização bem sucedida de um acervo, sobre as finalidades de uso de material que cada público pode possuir, como a pode ser feita a preservação dos documentos em seus suportes materiais e via digitalização, e como a informação sobre o acervo pode ser disponibilizada ao público que deseja consultá-lo.

Um conjunto de diretrizes sobre os materiais iconográficos de arquitetura em bibliotecas, por exemplo:

- Auxiliaria unidades com acervo arquitetônico na criação de registros em bases de dados bibliográficas;
- Facilitaria a identificação de elementos-chave da documentação que apoiassem a criação de um vocabulário controlado especializado e que contemplasse os documentos da coleção;
- Guiaria a compreensão sobre as necessidades informacionais e culturais dos usuários da biblioteca.

E, portanto, com a existência de mais estudos que guiassem e facilitassem a recuperação das informações dos documentos de projetos arquitetônicos, e com as unidades informacionais detentoras dessas coleções adotando os devidos procedimentos para manutenção e divulgação do acervo, mais profissionais da Arquitetura se tornariam cientes da possibilidade de buscarem documentação original para a realização de intervenções em edificações.

6. LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Por fim, este trabalho apresenta, de maneira simplificada, o problema da preservação da documentação arquitetônica, de extrema importância para a preservação das edificações que constituem patrimônio arquitetônico brasileiro, com o objetivo de oferecer uma aproximação do tema.

A questão sobre os procedimentos para preservação, conservação e restauração dos documentos arquitetônicos é extensa, assim como a literatura sobre documentação arquitetônica e sua relação com patrimônio arquitetônico, que cresce exponencialmente. Para a exposição do tema no Trabalho de Conclusão de Curso, houve a necessidade de limitar o aprofundamento da pesquisa, pois a literatura sobre documentos arquitetônicos e patrimônio é diversa, muitas vezes focada mais no patrimônio e não nos documentos, mas a resolução da CONARQ e o interesse crescente no assunto apontam para maior diversidade na discussão e o potencial para maior presença em textos, artigos e livros.

Os aspectos que envolvem o tratamento e preservação de um documento de projeto arquitetônico com valor cultural, histórico ou artístico é um tópico que merece maior aprofundamento, pois é uma questão de interesse tanto para pesquisadores da Arquitetura, quanto para profissionais de informação que são responsáveis pela guarda, organização, manutenção, tratamento, organização e preservação desse tipo de documentação.

Para a continuidade da pesquisa, portanto, sugere-se a exploração dos seguintes tópicos:

- Quais os desafios envolvidos na digitalização dos documentos de projetos arquitetônicos – para evitar deterioração e assegurar preservação que garanta a autenticidade e acesso futuro?
- Quais são os aspectos relacionados à propriedade intelectual (direitos de uso e de reprodução) a serem considerados em um acervo de documentação arquitetônica?
- Valor informacional da documentação arquitetônica para diferentes públicos e usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina, et al. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, 309 p. Disponível em: https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 25 set 2024.

AMARAL, Renato Dias Calado do; PINA FILHO, Armando Carlos de. A Evolução do CAD e sua Aplicação em Projetos de Engenharia. In: Simpósio de Mecânica Computacional, 9ºed., São João Del Rei, **Anais**. São João Del Rei, 2010.

ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Procedimentos Internos de Higienização de Documentos do Arquivo Central**. Brasília, 2022. Disponível em: https://arquivocentral.unb.br/images/Artigos/Entender_O_Arquivo/2-Procedimentos_Internos_de_Higienizao_de_Documentos_do_Arquivo_Central.pdf. Acesso em: 26 mai 2025.

AZEVEDO, Marlice N. S. Movimentos possíveis para institucionalizar o diálogo entre arquivologia e arquitetura. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Arquitetura e documentação, novas perspectivas para a história da arquitetura**. 1ªed. Belo Horizonte: IEDS, v. 1, 2011.

BALLANTYNE, Andrew. **What is Architecture?**. Oxford: Routledge, 2002, 83 p. Inglês (Reino Unido).

BARROS DA CUNHA, M. C. **Vitrúvio e a Escrita do De Architectura: um Preceituário para um Bom Construtor**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/113/o/Macsuelber_de_C%C3%A1ssio_Barros_da_Cunha_-_VITR%C3%A9LIO_E_A_ESCRITA_DO_DE_ARCHITECTURA_UM_PRECEITU%C3%A0RIO_PARA_UM_BOM_CONSTRUTOR.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.

BERENSTEIN JACQUES, P. Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo Contemporâneo?. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>. Acesso em: 30 set 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 216. Brasília, DF, 1988.

BRASIL.RESOLUÇÃO CONARQ/MGI Nº 56, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024. Diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído. Brasília, DF, 2009.

BRITISH LIBRARY NATIONAL PRESERVATION OFFICE. **Preservação de Documentos: Métodos e práticas de salvaguarda**. Trad: Zeny Duarte, 168 p., Salvador, 2009.

BRITO, Gisele Ferreira de. Acervo iconográfico da fauusp: desafios e perspectivas. In: **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo (Coleção Caramelo)**, p. 172-180, São Paulo, 2021. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/723 . Acesso em 29 mai. 2025.

BRITO, Gisele Ferreira de; COSTA, Eduardo Augusto; VELLOSO, Leandro Manuel Reis. Portal digital para difusão dos acervos da FAUUSP. In: Seminário Docomomo SP: a Arquitetura e Urbanismo Modernos e os Acervos, 8ªed, São Carlos, 2022, **Anais**. Disponível em: https://www.nucleodocomomosp.com.br/_files/ugd/e5628e_9ba909dff3d04c888531a963cad84a66.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

CANEDO, Daniele. “Cultura É O Quê?” - Reflexões Sobre o Conceito de Cultura e a Atuação dos Poderes Públicos. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5ªed, Salvador, **Anais**, 2009. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 17 out 2024.

CARVALHO, A. P. C. **Preservação de Plantas Arquitetônicas: identificação e conservação de cianótipos**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 165 p., 2014. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy3_of_ana_paula_correa_de_carvalho.pdf. Acesso em: 29 mai 2025.

CERRI, Vânia Cristina. **Os aparelhadores de cenas e a preceituação da prática cênica: uma reflexão sobre a obra de Sebastiano Serlio**. Dissertação (doutorado). Universidade de São Paulo, 275 p., 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11012012-162334/publico/TESE_PDF_VANIA_CERRI_BIBLIOTECA.pdf. Acesso em: 15 out 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, Estação Liberdade, 2001.

CRASSARD, Remy et al. The oldest plans to scale of humanmade mega-structures. **PLOS ONE**, v. 18, n. 5, 31 p., 2023. Inglês (Estados Unidos). Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0277927>. Acesso em: 5 out 2024.

DANTAS, Fabiana Santos. O Patrimônio Cultural Protegido Pelo Estado Brasileiro, In: **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**. Curitiba: Multideia Editora, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf. Acesso em: 12 out 2024.

DECLARAÇÃO DE FRIBURGO SOBRE DIREITOS CULTURAIS. Disponível em: <https://droitsculturels.org/observatoire/wp-content/uploads/sites/6/2017/05/port-declaration2.pdf>. Acesso em: 15 jun 2025.

DOS SANTOS, Aline Abreu Migon. **Caracterização para tratamento de conservação do papel translúcido industrial para plantas arquitetônicas encontradas em acervos patrimoniais**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pelotas. 160 p..2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Aline-Migon.pdf>. Acesso em: 15 abr 2025.

FABBRI, Malin; FABBRI, Gary. **Blue Print to Cyanotypes: exploring a historical alternative photographic process**. Suécia, 2006. Inglês (Estados Unidos). Disponível em: https://www.alternativephotography.com/download/blueprint_to_cyanotypes_p1-22.pdf. Acesso em: 29 mai 2025.

FRANCISCO, Marcos Antônio; ZIMBICO, Octávio José. Homem, cultura e sociedade. In: **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.3, Curitiba, 2022.

FERNANDES, Ana. Acervos de arquitetura e de urbanismo no Brasil: novas possibilidades de pesquisa e de ofício. In: Seminário Docomomo Brasil, 9 ªed., **Anais**, 2011. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/000_M02-AcervosdeArquiteturaeUrbanismo-APR_Ana_Maria_Fernandes.pdf. Acesso em: 19 mai 2025.

FISHER, Saul. Philosophy of Architecture. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2016. Inglês (Estados Unidos). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/architecture/>. Acesso em: 20 set 2024.

GUEDES, Kaline Abrantes. **Inventários de arquitetura moderna no Brasil: desnaturalizando uma prática estabelecida**. João Pessoa, 2018

KINSELLA, Karl. **God's Own Language: Architectural Drawing in the Twelfth Century**. Reino Unido. 2013. Inglês (Reino Unido). Disponível em: https://mitpress.mit.edu/9780262047746/gods-own-language/?_gl=1>. Acesso em: 4 dez. 2024.

KIYOMURA, Leila. Doação definitiva de acervo para a USP garante acesso a patrimônio arquitetônico do Brasil. **Jornal USP**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/doacao-definitiva-de-acervo-para-a-usp-garante-acesso-a-patrimonio-arquitetonico-do-brasil/>. Acesso em: 19 mai 2025.

KUSHNIR, Beatriz; MENEGUELLO, Cristina; COSTA, Eduardo. Sem arquivos, sem documentos: os riscos jurídicos da preservação da arquitetura sem seus acervos. **Jornal USP**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=842255>. Acesso em: 27 abr 2025.

LEHMKUHL, C. S.; RODRIGUES, J. V. Preservação/Conservação de Plantas de Engenharia: elaboração de instrumento para diagnóstico arquivístico. **Archeion Online**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 35–53, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/68881>. Acesso em: 13 mai. 2025.

LIRA, José; DELECAVE, Jonas; PRÓSPERO, Victor; FIAMMENGHI, João. Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação. In: **Anais do Museu Paulista: História e**

Cultura Material, São Paulo, v. 29, 31 p., 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/181058..> Acesso em: 21 out. 2024.

LOEWEN, Andrea Buchidid. Palladio e Seus Quattro Libri Dell'Architettura. In: **Pós Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v.17 n.28, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/30284420/PALLADIO_E_SEUS_QUATTRO_LIBRI_DELL_ARCHITETTURA. Acesso em: 9 out 2024.

LOPES, João Marcos; LIRA, José Tavares Correia de. **Memória, trabalho e arquitetura**. São Paulo, Edusp, 367 p, 2013.

MELLO, Josiane. **Conservação, Preservação e Restauro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MGS GLOBAL GROUP. The evolution of architectural drafting over the years. **MGS Global Group**, [S.l.], 01 fev. 2024. Inglês (Estados Unidos). Disponível em: <https://mgsglobalgroup.com/2024/02/01/the-evolution-of-architectural-drafting-over-the-years/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ORTIZ, Brenda. Família de Lucio Costa doa acervo do urbanista que criou Brasília para Portugal. **G1**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/10/21/familia-de-lucio-costa-doa-acervo-do-urbanista-que-criou-de-brasilia-para-portugal.ghtml>. Acesso em: 23 mai 2025.

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. **Quando o projeto é patrimônio: a modernidade póstuma em questão**. Dissertação (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 275 p., 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29932>. Acesso em: 12 mai 2025.

PEREIRA FILHO, H. F.. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. **Tempo Social**, v. 34, n. 3, p. 295–313, 2022.

PEREIRO, X. Património cultural: o casamento entre património e cultura. In: **Revista dos sócios do Museu do Povo Galego**, nº2. 17 p. 2006. Disponível em: https://formacaompr.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/03/patrimonio-cultural_xerardo-p.pdf. Acesso em: 8 out 2024.

POSSAMAI, Zita. Patrimônio e Acervos. In: **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, Editora da Unicamp, 272 p., 2020.

RAHIM, S.; LEONOR, A.; RODRIGUES, M. **O Álbum de Desenhos de Villard de Honnecourt: uma articulação entre o Desenho de Observação e o Desenho Arquitectónico**. Lisboa. 17 p., 2015. Disponível em: <https://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC16/Rahim.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2024.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN 1937-1946. In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 15 out 2024.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: Encontro Regional da Associação Nacional de História, 18^{ed.}, Mariana, 2012, **Anais**. Disponível em:

https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 25 mai 2025.

RODRIGUES, Sérgio. A arquitetura da palavra arquiteto. **Veja**, [s.l.], 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/a-arquitetura-da-palavra-arquiteto> Acesso em 7 out 2024.

ROSA, Alexsandra Gomes. **O Arquivo do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais como Agente de Memória: a importância da organização e preservação dos documentos**.

Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41366/3/Alexsandra%20Gomes%20Rosa%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado%20EBA-UFMG%202021.pdf>. Acesso em: 4 mai 2025.

SAKURAI, T; BRITO, G. F.; ULIANA, D. E.; MARQUES, E. DE A. Acervo David Libeskind MAG / FAUUSP: constituição por meio do ensino, aprendizado, prática e difusão. In: Seminário Nacional do Docomomo Brasil, 11^{ed.}., 2016, Recife, **Anais**.

SANTOS, Aline Abreu Mignon dos; GONÇALVES, Margareth Regina Freitas; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Plantas Arquitetônicas em Papel Translúcido Industrial um Diálogo entre Arquitetura, Arquivologia e Patrimônio. **Revista Acervo**, v. 27, nº 1, o. 361-374, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Dayane da. A Organização Intelectual, Física e a Preservação das Plantas Arquitetônicas do Acervo Cartográfico do Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras. In: Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia, 20^{ed.}, 2016, **Anais**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/837624/A-ORGANIZACAO-INTELECTUAL-FISICA-E-A-PRESERVACAO-DAS-PLANTAS-ARQUITETONICAS-DO-ACERVO-CARTOGRAFICO-DO-ARQUIVO-MUCIO-LEAO-DA-ACADEMIA-BRASILEIRA-DE-LETRAS.pdf>. Acesso em: 22 mai 2025.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. um acervo, uma coleção e três problemas: a Coleção Jacques Pilon da Biblioteca da FAUUSP. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura**

Material, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 45–70, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/126842..> Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, J. M. DE C. E. Projeto é documento: a experiência de pesquisa na coleção Jacques Pilon da Biblioteca da FAU-USP. **II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2014.

SILVA, Pedro Augusto Araujo da et. al. Restauro do Edifício Casarão Fespsp. **Revista Engenharias**, v.29, n.141, Guarulhos, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/restauro-do-edificio-casarao-fespsp/>. Acesso em: 18 mai 2025.

ULIANA, Dina Elisabete. A biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, 2013, p. on line, 2013.

VIANA, C. M. Da concepção ao projeto de execução: a gênese documental dos arquivos de arquitetura. **Ponto de Acesso**, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/67418>. Acesso em: 2 mai 2025